Análise Europeia 1 (2016) 110-122

NACIONALISMO DEMOCRÁTICO PARA A UNIÃO EUROPEIA

UMA NECESSIDADE PRAGMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO E SOBREVIVÊNCIA COMUM

MICAEL SOUSA[1]

RESUMO

O nacionalismo está carregado de uma forte conotação negativa – exemplos históricos são imensos, especialmente na história europeia. No entanto, os nacionalismos contribuíram para a autodeterminação dos povos e conseguiram criar coesão e os meios necessários para projetos coletivos importantes. A União Europeia atravessa uma crise de identidade e coesão. O desenvolvimento de um pan-nacionalismo que assente num modelo de multiculturalismo, tolerância e democracia poderia contribuir para a necessária coesão para este projeto coletivo. Será necessário encontrar os pontos de contacto, usando a eficácia dos nacionalismos do passado, mas evitando os seus efeitos negativos. Mais do que surgir uma nova identidade europeia resultante da fusão do multiculturalismo, o nacionalismo multicultural poderá surgir da contribuição dessas partes diversas, sem que ocorra perda das várias identidades culturais. Assim, surgiria um pan-nacionalismo europeu, orientado para a qualidade de vida e desenvolvimento da União Europeia, sem a perda de liberdade e das diferentes culturas europeias.

Palavras-chave: Nacionalismo, Pan-nacionalismo, União Europeia, Democracia

---

Histórico do artigo: recebido em 11-02-2016; aprovado em 19-02-2016; publicado em 03-05-2016. Publicação a convite do Conselho Editorial.

[1] Escritor, colunista no P3 – Público e Vereador-adjunto da Câmara Municipal de Leiria. Leiria, Portugal. E-mail: micaelssousa@gmail.com

© Associação Portuguesa de Estudos Europeus 2016

ABSTRACT

Democratic Nationalism for the European Union: a pragmatic need for the common development and survival. Nationalism have a strong negative connotation, historical examples are immense, especially in the European history. However, nationalism contributed to the self-determination and managed to create cohesion and the means to valuable collective projects. The European Union is going through an identity crisis and lack of cohesion. The development of a pan-nationalism based on a multiculturalist model, tolerance and democracy could contribute to the necessary cohesion to the European collective project. It will be imperative to find the proximity links, using the effectiveness that nationalism proved to achieve, but avoiding its negative effects. More than generating a new identity from the multiculturalism, the multicultural nationalism may arise from the contribution of these different parts, without the loss of the different cultural identity. Thus, it could emerge a European pan-nationalism, orientated to quality of life and the development of the European Union, without losing freedom and the different European cultures.

Keywords: Nationalism, Pan-nationalism, European Union, Democracy

1. INTRODUÇÃO

A construção dos Estados-nação aconteceu naturalmente em alguns países europeus, mas noutros foi um processo direcionado. Em ambos os casos a "invenção" do nacionalismo foi essencial para essa construção política, que permitiu dar corpo a medidas de natureza variada: social, económica, cultural, entre outras. É seguro que o nacionalismo extremista teve manifestações muito negativas - ideologias e tendências que ainda persistem em algumas locais e ameaçam crescer. Mas o nacionalismo, na sua vertente libertária e espontânea, teve seguramente aspetos positivos para o desenvolvimento das comunidades agregadas, segundo o espírito de um Estado que passou a ser também nação. De outro modo, muito provavelmente, seria difícil conseguir que grupos diversos e alargados cooperassem perante um desígnio superior coletivo além da escala local do homem comum. Terá sido essa "invenção" nacionalista que fomentou a cooperação, ainda que pudesse existisse já uma propensão étnica histórica e natural das sociedades em causa.

No caso da União Europeia, sendo uma entidade recente, comparativamente com o nacionalismo próprio da maioria dos Estados-nação europeus, o seu potencial está ainda em formação e definição. Podemos chamar-lhe de "Pan-nacionalismo",

partindo da soma coincidente dos vários nacionalismo que a constituem, pois para haver uma união efetiva há forçosamente pontos comuns entre os vários Estados. Caso contrário, a união seria completamente anacrónica. Poderá ser então esse aspeto que falta reforçar na atual União Europeia: um sentido de unidade e partilha concretizado num nacionalismo democrático europeu, capaz de ser um elemento ideológico e cultural agregador do desenvolvimento das comunidades, fomentando do espírito de cooperação e aceitação da diferença para propósitos comuns.

2. NACIONALISMO DO BEM E DO MAL

Tendo em conta a história contemporânea, especialmente após o advento dos nacionalismos expansionistas europeus do final de século XIX e os conflitos catastróficos que potenciaram durante o século XX, o nacionalismo sofre hoje de estigmas difíceis de ultrapassar. Apesar disso certas minorias radicais estão em crescimento, apelando a um nacionalismo separatista e fomentador da intolerância e hostilização. Esta realidade deve trazer preocupações à própria vida democrática no seio da União Europeia.

Curiosamente, tal como refere René Remond, o nacionalismo do início de século XIX, nas suas primeiras manifestações, que contribuíram para a instituição de vários Estados europeus independentes, ora separados de impérios ora agregando pequenos territórios fragmentados, não estavam associados a ideologias políticas de esquerda ou direita, e muito menos a totalitarismos. Esses movimentos tendiam muito mais para o liberalismo. Foi então em finais de século XIX e inícios de século XX que o nacionalismo foi convertido numa arma de opressão e domínio, principalmente quando associado a sistemas políticos totalitários expansionistas.

Ou seja, se for possível recuperar a versão não extremista original, a do advento dos nacionalismos do século XIX, e liga-los à cultura democrática europeia - característica original da invenção da própria democracia que nasceu na europa e numa antiguidade clássica grega, que sempre foi assimilada à cultura europeia posterior -, poderá ser criado um novo tipo de nacionalismo que evite a sua dimensão perniciosa. Esse nacionalismo democrático europeu, o tal pan-nacionalismo europeu de

© Associação Portuguesa de Estudos Europeus 2016

base democrática, poderá ser o contraponto para esvaziar as ameaças dos crescentes movimentos nacionalistas extremistas, anti-europeus, e fomentar o fator de união cívica europeia.

3. VISÃO MODERNISTA VERSUS VISÃO ETNICISTA

Modernistas como Ernst Gellner e Michel Mann, mas mais ainda Eric Hobsbawm e Patrick Geary, tendem a defender que o nacionalismo surge primeiro dos Estados politicamente instituídos ou em fase de construção, ou seja: é premeditado e orientado para fins políticos e de governação. Por outro lado Anthony Smith mais timidamente, mas depois Josep Llobera, Adrian Hastings e outros mais contundentes, defendem uma versão em que o nascimento do nacionalismo se associa mais a origens étnicas que a premeditações económicas e políticas. A vertente étnica, com forte relação com a cultua, a língua e as tradições e organizações sociais mais antigas, diverge, por natureza, da versão modernista.

Apesar das duas inclinações divergentes, dificilmente alguma delas poderá assumir uma dimensão universalista. Dos casos concretos reais dos nacionalismos que conhecemos da história da humanidade, quase sempre, surgiram de uma mescla, mais ou menos pronunciada, tando do princípio utilitário do Estado como da genuína vontade étnica de união e autogoverno. É quase impossível haver algum tipo de nacionalismo a surgir de um modo absoluto fruto somente por via da tendência modernista ou étnica. A opção mais razoável é a conjugação de ambas.

A origem dos nacionalismos contemporâneos terá então uma componente "modernista", proveniente de um objetivo planeado; e uma componente étnica surgida da cultura e história das próprias sociedades e comunidades.

Desse modo, caso se pretenda fomentar o nacionalismo, ou o pan-nacionalismo para o caso da União Europeia, o seu sucesso será também o resultado de uma mescla de criação nova orientada e do reforço das existências e aproximações étnicas.

4. NACIONALISMO NO MUNDO GLOBALIZADO

Num mundo globalizado, em que as distâncias diminuem e a mistura cultural, tendencialmente homogeneizante para uma versão ocidentalizada, faz sentido questionar os nacionalismos. No entanto, apesar dessa globalização, ou agora da mundialização da informação, dos fluxos financeiros e da própria cultura, que tão facilmente atravessa fronteiras, as nações mantém a sua força e os nacionalismos estão longe de desaparecer, pois constituem identidades que dificilmente podemos dispensar enquanto indivíduos que sentem necessidade de fazer parte de um determinado coletivo. Somos animais sociais – como dizia Aristóteles - e tendemos para garantir certos níveis de pertença a grupos, locais ou outros valores, mesmo que sejam imaginários.

Apesar do esbatimento de algumas fronteiras nacionais, certas coisas continuam a ser possíveis apenas na realidade delimitada dos Estados-nações e dos nacionalismos. Mesmo os emigrantes e migrantes tendem a levar consigo o seu nacionalismo, na forma de cultura, como característica identitária a cultivar, independentemente do local onde se estabeleçam.

5. PAN-NACIONALISMO: NACIONALISMO EUROPEU

Na Idade Média, certos grupos já cruzavam as fronteiras instáveis, por vezes a "ferro e fogo", da Europa, ignorando as diferenças políticas. Construtores medievais, estudiosos e académicos faziam da europa um espaço alargado de ação, mudando de local de trabalho sem grandes limitações. Eram a exceção em sociedades rígidas, estáticas e estratificadas. Mas existia uma espécie de pan-europeismo entre esses dois grupos. No caso dos académicos, quase sempre associados ao clero, usavam uma língua internacional europeia: o latim medieval. Latim herdado, com as devidas alterações, de uma época em que parte considerável da Europa estava unificada sob um império, do qual restaram fundamentos de cultura e também a instituição da Igreja católica que contribuiu para uma continuidade de unidade religiosa. Esse mesmo império tinha sido tão forte, e com tanta influência nos séculos posteriores, que muitos

© Associação Portuguesa de Estudos Europeus 2016

governantes o tenham tentando recriar à sua maneira. A União Europeia, com o tratado de Roma de 1950 não escapou também a essa influência.

No início da época moderna, por volta do século XVI, quebrou-se a unidade religiosa europeia, mas surgiu o prenúncio de outro tipo de unidade: o capitalismo, ainda que a várias velocidades e em níveis de desenvolvimento contínuos para os vários Estados. Com o desenvolvimento do capitalismo, depois da queda dos protecionismos dos Estados mercantilistas, por volta de finais do século XVIII, surge uma crescente busca pelo liberalismo geral, que reforçou o individualismo, mas não só. Contribuiu também para a emancipação de grupos culturais em nacionalismos. Uns tinham mais fundamento étnico que outros, uns foram mais forçados pelos interesses geopolíticos e económicos, outros pelas aspirações coletivas daqueles que partilhavam culturas comuns facilmente identificáveis. Esses movimentos de emancipação coletiva beberam muito do crescente reforço liberal que se tornou movimento democratizante, ainda que tenham existido exceções na Europa. Fosse como fosse, as inspirações na antiguidade clássica greco-latina, de nações compostas de cidadãos, que em alguns casos era aprofundada até ao seu desenvolvimento último em democracia plena, criaram e fundaram um princípio comum, quer fosse herdado diretamente ou adotado: a cidadania.

O nacionalismo europeu assumiu uma vertente democratizante inicialmente, mas depois, durante a primeira e segunda guerra mundial, sob a égide dos nacionalismos expansionistas e extremistas, potenciou-se a intolerância e a violência, ainda mais agravadas pelas novas possibilidades tecnológicas, até uma escala nunca vista.

Como resposta ao cataclismo das guerras mundiais – para que a europa nunca mais fosse o palco de tais eventos - foi alicerçado, a partir dos anos 50 do século XX, um projeto europeu de unidade. Enquanto as memórias das guerras estavam vivas, e pairava a *Guerra Fria* alimentando receios da repetição do passado, a construção da unidade europeia, assente nos princípios democráticos e da cidadania, foi facilitada. Foram os próprios aliados Norte Americanos que exigiram, para a aplicação do Plano Marshall, uma unidade na Europa, conscientes da necessidade de força e coesão, um

pouco à semelhança da sua realidade federal que os impulsionou para o primeiro lugar nas nações até aos dias de hoje.

Mas essa construção não conseguiu reinventar um novo tipo de nacionalismo. Não surgiu verdadeiramente um pan-nacionalismo europeu que fortalecesse a união naturalmente, e que partisse e vivesse no imaginário cultural dos cidadãos europeus. Não se cultivou esse formato superior de nacionalismo, que podia ter sido baseado na ideologia cívica e democrática para a união. O pan-nacionalismo europeu poderia ter mantido e preservado os vários nacionalismos dos vários Estados, tal como persistem os regionalismos dentro desses mesmos Estados, pois a democracia está longe de ser incompatível com a liberdade e tolerância pela diferença, sendo o sistema político mais apto e capaz de estabelecer pontos de contacto comuns.

Por isso, hoje, quando os desafios vêm de dentro e de fora, os cidadãos europeus não respondem em uníssono, e nem os próprios representantes políticos encontram a coesão que necessitavam para responder às ameaças externas e internas. Hoje o inimigo é, principalmente, a crise e a própria perda de importância e poder dos europeus. Lembrando Hobbes, a Europa precisa de ser um Leviatã e todos os europeus precisam de ter um inimigo contra quem unir forças. Esse inimigo não precisa, nem deve, de maneira alguma, ser identificado como um outro Estado, Nação ou Federação. O inimigo é pobreza e a perda de qualidade de vida das populações, a perda de direitos e liberdades. O cimento dessa união é a democracia, a cidadania para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

6. MAIS EUROPEUS QUE NUNCA

Atualmente, mesmo tendo Rousseau precocemente referido no seu tempo a existência de um sentimento europeu a sobrepor-se aos sentimentos nacionais, somos mais europeus que nunca. Apesar do nacionalismo europeu ser fraco, ele hoje é mais marcado que nunca, especialmente por comparação. Se os nacionalismos de Estado prevalecem quando se comparam Estados, o espírito muda quando os cidadãos comparam blocos políticos de maiores dimensões. Se nos compararmos, por exemplo, com os Estados Unidos da América, muito provavelmente recorreremos à dimensão da

© Associação Portuguesa de Estudos Europeus 2016

União Europeia. Também no caso dos emigrantes e migrante dentro do espaço da U. E., passados os processos de aculturação, e quando a identidade oscila entre o país de origem e o de acolhimento, a cidadania europeia ajuda a resolver problemas de identificação. Não podemos esquecer que se tem fomentado a circulação de pessoas, de estudantes e trabalhadores no espaço da união, por isso esse sentimento de pertença europeia será igualmente importante para essas pessoas, que ficam no limbo das nacionalidades.

Apesar de sermos mais europeus que nunca, um nacionalismo europeu está ainda longe de ser uma realidade. E, com as devidas precauções, seguindo sempre pela via democrática e da tolerância, o potencial positivo do nacionalismo da União Europeia está por concretizar.

7. NACIONALISMO EUROPEU COMO FACILITADOR DAS POLÍTICAS EUROPEIAS

É altamente improvável que o processo de construção europeia aconteça sem a dimensão cultural e a política estarem conjugadas. Tem de ser desenvolvido um novo tipo de patriotismo, mais além do patriotismo meramente constitucional e legalista, se bem que mesmo esse ainda pouco se encontra desenvolvido.

Já hoje a União europeia, tal como refere Rita Ribeiro, é *"uma comunidade de valores essencialmente políticos: democracia, direitos humanos, liberdades, Estado social e Estado de direito*". Apesar do Estado Social estar a ser redimensionado pelas medidas de austeridade, a sua existência, e das restantes características enunciadas, distinguem os Estados da Europa, quer seja por as terem desenvolvido ou por as tentarem aprofundar e defender continuamente como valores basilares das suas sociedades. Estes são claros motivos de união e que podiam contribuir para a coesão, pois todos se relacionam com a qualidade de vida e felicidades dos cidadãos europeus. Poderão, mais que isso, ser o vinco de um nacionalismo, numa vertente pan-estatal, do necessário pan-nacionalismo europeu, tão importante para a sobrevivência da própria União Europeia num mundo de blocos.

Hoje o mundo não se divide em dois blocos, como aquando da fundação da União Europeia. Nem sequer se divide em três se considerarmos o 3º Mundo na sua

conceção original - países que não se enquadravam em nenhum dos dois grandes blocos. Hoje o mundo é também composto por potências, mas são mais os concorrentes. Existem muitos Estados-potência que podem ser vistos como blocos também, especialmente como blocos económicos. Ai se inserem os países emergentes, a Índia, o Brasil e outros, que vêm equilibrar o poder entre os dois antigos blocos compostos pelos Estados Unidos da América e pela Rússia, e agora também a China. Falando em Estados não podemos esquecer outros países, ou unidades políticas, que, independentemente da sua dimensão geográfica, influenciam a economia mundial e a geopolítica global. Resta saber se a União Europeia terá a capacidade de manter a unidade e se desenvolver para poder ombrear com as restantes potências.

De modo a sobreviver, garantindo o nível de vida, preponderância económica e papel de relevo na política mundial, é do senso comum, e está definido há muito, que os Estados Europeus terão de saber constituir uma união efetiva e funcional. Mas, atualmente, vive-se numa época crítica: a União parece vacilar e ser incapaz de dar o passo seguinte.

Os cidadãos europeus não se sentem tão próximos como era suposto da sua União, sendo esse afastamento decorrente de razões diferentes em cada Estado ou região. Não é absoluta a tolerância e empatia entre cidadãos de Estados diferentes. Provavelmente isto acontece por não se reconhecerem como iguais. A União só será viável se existir um elo comum entre todos, que incuta igualdade e partilha de valores e objetivos comuns. Isso, tal como já foi referido, poderia ser conseguido através de um novo tipo de nacionalismo, imunizado pelo valor da liberdade e democracia, pois essa é uma característica de base nas sociedades europeias, ou por ligação histórica direta ou por adoção. A história comprova o sucesso possível dessa intenção. Muitos países europeus passaram por esse processo com sucesso. Apesar das diferenças regiões, constituíram-se como nações com uma cultura base comum. O mesmo terá de acontecer na União. O nacionalismo e a noção de pertença acontece a vários níveis. No nível superior ficaria o nacionalismo europeu. No nível intermédia a associação a culturas e espaços Estatais, e depois a regiões, podendo terminar na família ou outro grupo social de maior proximidade. Tudo isto é possível sem conflitos de

© Associação Portuguesa de Estudos Europeus 2016

compatibilidade, desde que a base comum seja de facto coerente. Para isso a democracia, num sentido lato, seria a melhor candidata, sempre associada à liberdade, em todas as variantes que lhe possamos associar. Tal seria ainda mais benéfico pois sabe-se que as comunidades que vivem em sistemas democráticos mais aprofundados tendem a ser as mais desenvolvidas e onde os cidadãos conseguem experimentar melhor qualidade de vida, isto com base nos estudos recentes de Daron Acemoglu e James Robinson.

Essa união de ideias base poderá ser a forma de aproximar os cidadãos da própria U.E., pois se a base desse nacionalismo for a própria democracia europeia facilmente se garantirá coesão, unidade, liberdade, desenvolvimento e robustez para enfrentar os desafios do futuro.

8. DEMOCRACIA: ESTÁ TUDO INVENTADO?

A democracia está longe de ser um sistema político esgotado. Existem vários modelos diferentes no mundo e até nos próprios Estados-membro da União Europeia. A maior parte dos modelos seguem pela via da representação democrática, com cidadãos a poder eleger representantes para várias câmaras e assembleias, com vários poderes e objetivos distintos. Existem também variantes de democracia mais direta em certas realidades, com voto direto através de assembleias alargadas, referendos, orçamentos participativos e outros tipos de sistemas parciais ou totais de democracia direta. Nuns utilizam-se mais as novas tecnologia de informação e comunicação, noutros a participação é mais tradicional, através da presença física *in loco*.

Há muito a melhorar e aprofundar na democracia representativa, especialmente porque os níveis de abstenção são preocupantes. Tal pode significar que novos sistemas de participação e avaliação dos representantes têm de ser instituídos, ou então simplesmente que o modo representativo tem de ser conjugado com a via direta, nem que seja em sistemas mistos. Por outro lado, é na via direta onde o crescimento e aprofundamento pode ser mais consequente. Muito há por fazer no desenvolvimento e aplicação da democracia direta e até no conceito, em crescente afirmação, de "democracia eletrónica". As tecnologias da informação e comunicação

poderão ser um aspeto chave no desenvolvimento da democracia direta e da capacidade de adaptação da vida cívica ao mundo contemporâneo, com impacto muito relevante nas gerações mais jovens. A panóplia de opções e modelos mistos eletrónicos de participação individual é imensa e em crescimento. Facilmente se consegue passar imensas quantidades de informação, debater de modo sucinto e eficaz, construir projetos e ideias em conjuntos sem a necessidade de presença física com real representação cívica. As interações podem ser feitas à distância, em trabalho colaborativo, quer em tempo real quer em modelos assíncronos. Podemos especular e fantasiar sobre as possibilidades futuras das novas formas de fazer democracia, mas o mais importante será manter em aberto a possibilidade de melhorar continuamente a democracia e adapta-la ao uso cívico, porque nem sempre os cidadãos vêm a democracia como feita para o seu uso. Será importante contrariar a visão de que: a democracia apenas se faz com e para políticos profissionais.

As possibilidades de aprofundar a democracia são imensas. A democracia pode ser renovada, ser muito mais próxima dos cidadãos e fácil de "usar", pois a verdadeira cidadania só acontece quando os cidadãos usam - no bom sentido - dos seus direitos e deveres democráticos. Só assim existe de facto democracia.

9. CONCLUSÃO

O nacionalismo sempre serviu para justificar vários fins, quase sempre políticos. No caso de um nacionalismo para a União Europeia, um tipo de pan-nacionalismo, obviamente que terá também objetivos políticos pragmáticos, especialmente porque a própria U.E. também é uma agregação pragmática de Estados unidos para certos objetivos. A U.E. surgiu para superar as dificuldades sentidas no contexto da época, no pós-guerra e início da *Guerra Fria*. Hoje os problemas que enfrentam os Estados Europeus são substancialmente diferentes, pois o mundo mudou. Poucas são as soluções viáveis que não passem pelo aprofundamento da união para ultrapassar os desafios contemporâneos num mundo globalizado. Para isso é necessário envolver os cidadãos, construindo e reforçando o sentimento cívico de pertença europeia. A isso chamo de um novo tipo de nacionalismo: o nacionalismo democrático europeu. Esse

© Associação Portuguesa de Estudos Europeus 2016

nacionalismo vive da prática comum da democracia por todos os cidadãos em todos os Estado-membro e na U.E., e do facto de ter sido uma invenção da antiguidade ancestral da própria Europa. Esta opção tem muitas vantagens, primeiro pela qualidade de vida que pode propiciar aos europeus em todas as suas vertentes, mas também porque é um sentimento e via autossustentável. Quando mais abraçarmos a democracia mais a aprofundamos, e quando mais a assimilamos em profundidade mais nos aproximamos dos nossos cidadãos europeus, sendo todos eles, em conjunto, a base democrática que sustenta e concretiza o processo europeu. O método é o fim em si próprio, criando uma circularidade que tende para mais e melhor democracia, tendo para mais União na Europa.

BIBLIOGRAFIA

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. (2013), *Porque Falham as Nações - As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Lisboa: Temas e Debates.

GARCÊS, Ana Paula; OLIVEIRA MARTINS, Guilherme de (2009), *Os Grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*. Coimbra: Edições Almedina.

GEARY, Patrick J. (2008), *O Mito das Nações – a invenção do nacionalismo*. Lisboa: Trajectos Gradiva.

GELLNER, Ernest (1993), *Nações e Nacionalismos*. Lisboa, Trajectos Gradiva.

HOBSBAWN, Heric J. (1991), *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JUDT, Tony (2011), *Um Tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: Gradiva.

LANDES, David S. (2001), *A Riqueza e Pobreza das Nações - Por que são Algumas tão Ricas e Outras tão Pobres*. Lisboa: Gradiva.

LAUREANO, Abel (2014), *Breviário de História e Políticas da União Europeia*. Lisboa: Almeida & Leitão.

KEANE, John (2009), *Vida e Morte da Democracia*. Lisboa: Edições 70.

LLOBERA, Josep R. (2000), *O Deus da Modernidade. O Desenvolvimento do Nacionalismo na Europa Ocidental*. Oeiras: Celta.

MARRATZU, Priamo (2006), *Nacionalismo e homogenidade cultural: a importância dos media*. Biblioteca On-line do Conhecimento de Ciências Sociais, disponível em *www.bocc.ubi.pt*.

MARTINS, Manuel Meirinho (2010), *Cidadania e Participação Política – temas e prespectivas de análise*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

RÉMOND, René (1994), *Introdução à história do nosso tempo - Do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: Edições Gradiva.

RIBEIRO, Rita (2004), A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo. Cadernos do Noroeste, série sociologia. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

SCHWANITZ, Dietrich (2012), *Cultura - Tudo o que é preciso saber*. Lisboa: Dom Quixote.

SMITH, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.

_____ (1999), *Nações e Nacionalismo numa Era Global*. Oeiras: Celta.

SOBRAL, José Manuel (2003), A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. Análise Social, vol. XXXVII.

© Associação Portuguesa de Estudos Europeus 2016